

RELATÓRIO

DE

BOAS PRÁTICAS

2016



Índice

| 1. | INTRODUÇÃO |
|----|--|
| 2. | ÓRGÃOS SOCIAIS E RELAÇÃO DA EMPRESA COM O ACIONISTA E TERCEIROS |
| 3. | MODELO DE GOVERNO: ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL E PRÁTICAS DE BOM GOVERNO |
| 4. | PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS |
| 5. | VALORES, PRINCÍPIOS E CÓDIGO DE CONDUTA |
| 6. | DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO1 |





RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS

INTRODUÇÃO

A Cascais Próxima – Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, E.M.,S.A., doravante designada apenas por Cascais Próxima, E.M., S.A., é uma empresa local, cujo capital social é integralmente detido pelo Município de Cascais, conforme decorre do n.º 3, do artigo 6.º dos seus estatutos.

A Empresa tem por objeto social, nos termos do artigo 3.º dos respetivos estatutos, a promoção do desenvolvimento local e a prestação de serviços de interesse geral nas áreas da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanas, espaços exteriores e de equipamentos, da gestão de património edificado, da mobilidade e da prestação de serviços de limpeza das instalações municipais.

No cumprimento do estipulado no artigo 54.º, da Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, a Cascais Próxima, E.M., S.A., apresenta o relatório de boas práticas de governo societário, relativo ao exercício do ano económico de 2016, incidindo sobre as seguintes matérias:

- Órgãos sociais e relação da Empresa com o acionista e terceiros;
- Modelo de governo: estratégia organizacional e práticas de bom governo;
- Principais indicadores económicos e financeiros;
- Valores, princípios e código de conduta;
- Divulgação de informação.

2. ÓRGÃOS SOCIAIS E RELAÇÃO DA EMPRESA COM O ACIONISTA E TERCEIROS

No final do exercício económico de 2016, os órgãos sociais da Empresa apresentavam a seguinte composição:

2.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

2.1.1. Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Carlos Manuel Lavrador Jesus Carreiras

Secretária

Maria Catarina Gomes Marques Vieira

O desempenho de funções dos membros da Mesa da Assembleia Geral não é remunerado.

2.1.2. Conselho de Administração

Presidente

Rui Ribeiro Rei

Vogais

Paulo Miguel Coimbra Casaca

Miguel Filipe Gomes da Silva Sanches

O Conselho de Administração, nos termos dos estatutos da Sociedade, continuou a realizar reuniões ordinárias quinzenais, de acordo com uma calendarização definida no início do ano civil e reuniu-se extraordinariamente, sempre que tal se demonstrou necessário.

3



Todos os seus membros cumpriram com as suas obrigações declarativas referentes à inexistência de incompatibilidades e impedimentos.

O valor da remuneração dos seus membros executivos, definido em Assembleia Geral, tem como limite o valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Cascais.

2.1.3. Fiscal Único

O Fiscal Único da Empresa é a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Lampreia, Viçoso & Associado, SROC, LDA., representada por José Lampreia.

O mandato do Fiscal Único decorre em simultâneo com o mandato dos restantes órgãos sociais, ou seja, é de quatro anos civis, com início no ano civil subsequente ao termo de cada mandato autárquico.

2.2. A EMPRESA E SUA RELAÇÃO COM O ACIONISTA E TERCEIROS

A Cascais Próxima, E.M., S.A., no cumprimento da sua missão, continua a alinhar as suas relações com o acionista e com terceiros, com as regras gerais da concorrência, nacionais e comunitárias, adotando mecanismos de contratação não discriminatórios, assentes nos princípios da legalidade, economia, eficiência e eficácia na gestão e viabilidade da *performance* económico-financeira, de forma a assegurar a igualdade de oportunidades aos interessados.

De salientar, ainda, a consolidação do reforço dos canais de informação permanente com o Município de Cascais (único acionista), ajustando a estratégia às suas orientações, com base numa relação de confiança e transparência com o mercado.

A Cascais Próxima, E.M., S.A., habilitou o acionista com a informação necessária não apenas à participação informada e ativa nas reuniões da Assembleia Geral, mas também a um conhecimento permanente e detalhado do desempenho da sua atividade, através da disponibilização periódica de informação financeira e de produtividade.

Neste âmbito, com a periodicidade trimestral e anual, é disponibilizado um relatório de gestão e contas do Conselho de Administração, com informação relativa a indicadores de produtividade das áreas de negócio *core*, bem como a indicadores da situação económico-financeira e fundamentação da *performance* financeira e sustentabilidade, entre períodos homólogos, que inclui as correspondentes demonstrações financeiras e os respetivos anexos. É igualmente promovida, com regularidade, a circularização da conta-corrente com o Município de Cascais.

São ainda disponibilizados os pareceres previstos no nº 6 do artigo 25º, da Lei nº 50/2012, 31 de Agosto, bem como os estudos de viabilidade económico-financeiros de investimento, preços e tarifas.

Importa ainda referir que a Empresa colabora de forma proativa com o Município de Cascais nos esclarecimentos a prestar ao Tribunal de Contas, à Inspeção Geral de Finanças e à Direção Geral das Autarquias Locais, entre outras entidades, bem como, na elaboração de regulamentos municipais com incidência nas áreas de competência que lhe estão cometidas, e de contratos programa e de prestação de

A. H.



serviços, que visem a promoção do desenvolvimento local e a prestação de serviços de interesse geral nas suas áreas de atuação.

3. MODELO DE GOVERNO: ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL E PRÁTICAS DE BOM GOVERNO

Ao longo de 2016, assistiu-se ao acentuar da incerteza ao nível da economia europeia e da revisão das projeções de crescimento da economia mundial para 2016 e 2017 - (indicador compósito de Stress Financeiro para Portugal (ICSF) e o indicador de incerteza relativamente à politica monetária (EPU) para a Europa) -, contribuindo para o referido nível de incerteza o resultado do referendo de 23 de junho de 2016 no Reino Unido "Brexit", o escândalo dos "Papéis do Panamá" e as orientações de política económica nos Estados Unidos. Estes acontecimentos traduziram-se numa evolução menos dinâmica da atividade e dos fluxos comercias ao nível global devido, em parte, à perceção de ausência de progressos na consolidação orçamental e nas reformas estruturais.

A economia portuguesa, ao longo do ano de 2016, manteve a trajetória de recuperação moderada com um crescimento do PIB em 1,2 %, especialmente no último trimestre — indicador coincidente mensal da atividade económica (+0,8%) e do consumo privado (+2,2%) -, embora não tendo revertido o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013, contribuindo, em parte, para aumentar a desconfiança dos empresários e penalizar a recuperação do investimento, a procura interna, com a aceleração do consumo não duradouro, a recuperação económica e a manutenção da capacidade de financiamento. (fonte, Banco de Portugal – Boletim Económico – dezembro de 2016 – Edição Eletrónica e Banco de Portugal - Indicadores coincidentes – 20 de janeiro de 2017 – Edicão Eletrónica).

A não convergência real da economia portuguesa face à área do euro evidencia constrangimentos estruturais no crescimento da economia, atendendo aos elevados níveis de endividamento dos vários setores da economia e dificuldades de acesso ao financiamento, à capitalização do sistema bancário, à queda do investimento público, com uma recuperação abaixo do observado em anos anteriores e adiamento das decisões de investimento - conjugado com a manutenção de um nível de utilização da capacidade produtiva abaixo da média histórica -, à evolução demográfica desfavorável, ao elevado nível de desemprego de longa duração, as ineficiências nos mercados do trabalho e do produto, a baixa produtividade, a redução da taxa de poupança, à diminuição da distribuição dos fundos comunitários inferior associada, em parte, à transição entre QREN.

A fragilidade do investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) recuou novamente, o que sugere que "o processo de recuperação da economia portuguesa sofreu uma interrupção". (fonte: NECEP- o Núcleo de Estudos de Conjuntura da Economia Portuguesa (NECEP), 13 de outubro de 2016, folha trimestral), sendo que o ganho da quota de mercado pelas empresas portuguesas continua a não ser suficiente para evitar a desaceleração das exportações. fonte: CIP – Confederação Empresarial de Portugal, Envolvente Empresarial, Análise de Conjuntura, 3º Trimestre de 2016, Edição Eletrónica),

Ao nível dos mercados financeiros, para o biénio 2017-2019, salienta-se a possibilidade de recrudescimentos de tensões e a existência de incerteza quanto à configuração da política monetária não convencional do BCE, bem como a vulnerabilidade do sistema bancário ou a posição orçamental em alguns países da área do euro que poderão aumentar as taxas de juro da dívida soberana e os custos de financiamento da economia, com impacto no consumo privado e no investimento, fragilizando a sustentabilidade financeira de Portugal. Existe, ainda, a possibilidade execução de medidas de

K XII



consolidação orçamental adicionais, de forma a alcançar os objetivos orçamentais assumidos a médio prazo, com impacto menos favorável na evolução da procura interna e na taxa de poupança. A inflação apresenta projeções de riscos baixo, sendo que o impacto da manutenção de excesso de capacidade produtiva a nível mundial, a qual pode vir a ser um fator de pressão competitiva.

A sustentabilidade da economia implica a consolidação do processo de reformas estruturais, aumentando os incentivos à inovação, à mobilidade e reorientação dos fatores produtivos e ao investimento em capacidade física e humano, com criação líquida adicional de emprego, e à manutenção de um enquadramento institucional e fiscal que preserve a confiança dos investidores, assegure um ambiente favorável ao investimento e a redução do endividamento do setor privado não financeiro.

Neste contexto, a Empresa continuou a apostar num rigoroso controlo da sua *performance* operacional e financeira, traduzida, em parte, na renegociação dos contratos de financiamento com custo explícito, no esbatimento das margens dos fornecedores em conjugação com a melhoria da tesouraria líquida, na consolidação da reestruturação organizacional, em ganhos de eficiência e melhoria dos níveis de serviço, na senda da excelência como um *player* local de referência nos nichos de negócio em que atua, e tem vindo a consolidar a sua estratégica essencialmente nas seguintes vertentes:

- Manutenção e conservação do espaço público, infraestruturas e equipamentos;
- 2. Gestão do estacionamento de superfície e de parques de estacionamento fechados;
- 3. Prestação de serviços de limpezas de instalações municipais ou sob gestão municipal;
- Valorização de competências dos recursos humanos e promoção da melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho;
- Qualidade do serviço prestado.

A Empresa, no ano económico de 2016, deu continuidade à consolidação das condições de sustentabilidade económica e financeira necessárias, que permitiram suportar e alavancar com margem de segurança, o ciclo de investimento para as suas áreas de negócio.

Importa mencionar, ainda, que no âmbito da delegação de competências da Administração Central no Município de Cascais, na área da educação, a Câmara Municipal de Cascais em articulação com os Agrupamentos de Escolas do Concelho, decidiu contratar a prestação de serviços de limpeza em 28 escolas do Concelho (secundárias, básicas 2,3 e básicas do 1.º ciclo), para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, à Cascais Próxima, E.M, S.A. Como tal, no dia 12 de setembro de 2016, a Empresa iniciou esta prestação de serviços de limpeza em 23 escolas do concelho, 6 com limpeza diária, 11 com limpeza semanal e 6 com limpeza quinzenal.

Face ao aumento da atividade da prestação de serviços de limpezas, a Empresa procedeu ao recrutamento de 50 colaboradores, a tempo parcial, que teve como principais objetivos, para além da satisfação da necessidade de recrutamento de pessoal, contribuir para a diminuição do desemprego no concelho, assim como para a integração social e profissional de pessoas mais desfavorecidas, desempregados de longa duração e pessoas de faixas etárias mais elevadas, cuja reintegração no mercado de trabalho é mais difícil.

De referir que, para além da prestação de serviços de limpeza nas escolas, a Empresa continua a prestar este serviço ao nível das diversas instalações municipais (76 instalações) e das instalações sob sua gestão

A.



(6 instalações), tendo afetos a este serviço 81 colaboradores, ou seja, atualmente e na globalidade, a Cascais Próxima presta serviços de limpeza em 105 instalações, contando para isso com 131 colaboradores.

De salientar que o Município de Cascais promoveu o maior e inovador plano de mobilidade democrática, integrada e multimodal, envolvendo, numa primeira fase, a bicicleta, o automóvel, o estacionamento, o comboio e os autocarros, feito a pensar em todos os cidadãos. No futuro próximo o Mobi Cascais integrará o transporte individual de passageiros (ex: Táxis e Uber), o transporte de doentes, o transporte adaptado e outros meios inovadores de mobilidade, promovendo a competitividade e maior captação de investimento para o concelho. Este projeto revolucionará a forma como se movem os cerca de 210 mil cascalenses e os 1,2 milhões de turistas que anualmente vistam Cascais, com um forte impacto na área metropolitana de Lisboa.

A mencionar, ainda, que a Cascais Próxima, E.M., S.A. está licenciada como operador de transportes públicos, dotando o Município de uma ferramenta essencial para a defesa do transporte público rodoviário ao serviço dos cidadãos, reduzindo a dependência do transporte privado convencional nas deslocações diárias da população e elevando a qualidade de vida de todos, com impactos na redução da pegada ecológica e no aumento do rendimento disponível.

O MobiCascais conta, atualmente, com dois novos parceiros: Comboios de Portugal (CP) e a Scotturb. A integração dos operadores de comboio e autocarros, os maiores que interagem com o concelho de Cascais, vai permitir uma redução no valor dos passes intermodais - os passes que incluem mais que um meio de transporte - até 26%. https://www.youtube.com/watch?v=MCBKLJG1PnY

A Empresa promoveu, também, o sistema de gestão integrada e rede de bicicletas com oferta de lugares de *Bike Sharing* e *Bike Parking*, tendo estabelecido parcerias para a construção de novas estações no concelho e de um sistema de gestão e aplicações digitais para o utilizador, que permitirão reduzir o congestionamento no espaço público, disponibilizar meios e facilitar acessos de forma rápida e intuitiva, aumentando a eficiência energética e a otimização dos custos de deslocação.

De salientar a execução do plano de investimentos com forte enfoque nas atividades *core* da Empresa, destacando-se a mobilidade, a limpeza de instalações municipais e a intervenção local. As linhas de orientação visam assegurar um nível de crescimento das atividades, compatível com as condicionantes externas, protegendo os níveis de rentabilidade operacional e sustentabilidade financeira, cujos meios libertos líquidos financeiros têm vindo a ser objeto de reinvestimento nas mencionadas áreas, de forma a otimizar a capacidade instalada face ao aumento do nível de atividade.

A Cascais Próxima, E.M., S.A., aprovou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, de acordo com as orientações do Conselho de Prevenção, criado pela Lei nº 54/2008, de 4 de Setembro, o qual tem sido monitorizado periodicamente.

Na definição das políticas ativas de recursos humanos foram tidos em conta os interesses dos colaboradores e a promoção da motivação, da produtividade e da igualdade de oportunidades.

· ASS



A Cascais Próxima, E.M., S.A., continua a apresentar um moderado grau de rotatividade (*turnover*), apostando na retenção dos colaborados em *full-time*, em todos os níveis da organização, através da sua valorização e aumento das qualificações operativas nos nichos de negócio *core* da Empresa, reforçando as competências técnicas e comportamentais (*empowerment*) e a transferência de *know-how* intergeracional, de forma a fazer face aos desafios e objetivos estratégicos delineados.

No que respeita à formação profissional, a Empresa proporcionou aos trabalhadores das suas diferentes áreas de atividade ações de formação em diversos domínios, tendo sempre em vista a valorização dos trabalhadores enquanto profissionais e indivíduos, o aumento da motivação e, inerentemente, da produtividade, tudo alinhado com objetivos estratégicos e operacionais traçados para o ano de 2016.

Em matéria remuneratória, no ano de 2016, a Empresa deu cabal cumprimento às obrigações legais impostas pelo Orçamento de Estado para aquele ano, aprovado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março, tendo, designadamente, observado a proibição de valorizações remuneratórias, efetuado o pagamento do subsídio de Natal por duodécimos e procedido à redução remuneratória e à sua reversão gradual entre janeiro e outubro.

4. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

No exercício económico de 2016, a Cascais Próxima, E.M.,S.A. reforçou a sua sustentabilidade, apresentando os seguintes indicadores de performance económico-financeira:

| Cascais Próxima, EM-SA | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | Crescimento 2016/2015 Var. (%) |
|-----------------------------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|--------------------------------------|
| Colaboradores | 365 | 232 | 215 | 162 | 57% |
| Volume de Négócio | 11.740.484,27€ | 8.762.800,59€ | 8.033.835,75€ | 12.360.757,78€ | 34% |
| Proveitos operacionais | 11.773.899,28 € | 8.797.992,01€ | 8.747.705,71€ | 12.370.886,76€ | 34% |
| EBIT - Resultado Operacional | 140.903,72€ | 405.936,41€ | 754.680,06€ | 745.315,39€ | -65% |
| EBITDA | 622.228,56 € | 854.227,99€ | 1.197.119,32€ | 1171614,68€ | -27% |
| Margem EBITDA/ Volume de negócios | 5,30% | 9,75% | 14,90% | 9,48% | -46% |
| Activos fixos tangiveis | 6.142.549,30 € | 5.251026,46 € | 4.943.428,27€ | 1.186.781,48€ | 17% |
| Cash flow | 535.334,68€ | 457.306,98 € | 460.735,38€ | 442.468,41€ | 17% |
| Total Capitais Próprios | 879,369,09€ | 866.953,29€ | 812.138,34€ | 784.842,22€ | 1% |
| Resultados Liquidos | 12.415,80 € | 9.015,40€ | 18.296,12€ | 16.169,12€ | 38% |

O exercício de exploração apresenta resultados positivos, permitindo a consolidação da estratégia de sustentabilidade do desempenho económico da Empresa e estímulo da sua produtividade global, em particular, das áreas, da mobilidade, intervenção local e limpeza de instalações municipais, com impacto na libertação de fluxos financeiros e geração de resultados indispensáveis para assegurar, na atual conjuntura económica e financeira desfavorável, a sustentabilidade da Cascais Próxima, E.M., S.A..

A Cascais Próxima, E.M., S.A., não se encontra na situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedade Comerciais, porquanto o seu capital próprio é superior a 50% do capital social.





A situação da Empresa não se enquadra em nenhuma das alíneas do n.º 1 do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, conforme se pode verificar pelos dados constantes do seguinte quadro:

| Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto - Art. 62º, nº 1 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
|--|-----------------|---------------|----------------|----------------|
| Alínea a) | | | | |
| Vendas e Prestações de Serviços | 11.740.484,27€ | 8.762.800,59€ | 8.033.835,75 € | 12.360.757,78€ |
| Gastos Totais do Exercício | 11.632.995,56 € | 8.392.055,60€ | 7.993.025,65 € | 11.625.571,37€ |
| Margem | 107.488,71 € | 370.744,99€ | 40.810,10 € | 735.186,41 € |
| % Vendas e Prest. Serv./Gastos Totais do exercício | 100,92% | 104,42% | 100,51% | 106,32% |
| Alínea b) | | 700 | | |
| Subsídios à exploração | 6.388,90€ | 10.187,05€ | 700.000,00€ | 3.859,65€ |
| Rendimentos Totais | 8.048.807,10€ | 8.797.992,01€ | 8.747.705,71€ | 12.370.886,76€ |
| % dos Subsídos face às Receitas Totais | 0,08% | 0,12% | 8,00% | 0,03% |
| Alínea c) | | | | |
| Resultado Operacional - subtraido das amortizações/depreciações | 622.228,56€ | 854.227,99€ | 1.197.119,32 € | 1.171.614,68€ |
| Alínea d) | | | | |
| Resultado Líquido do exercício | 12.415,80€ | 9.015,40€ | 18.296,12 € | 16.169,12€ |

Os vários indicadores de rentabilidade ou solidez financeira, demonstrativos dos equilíbrios patrimoniais e financeiros, mencionados no Livro Branco do Sector Empresarial Local, elaborado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 64/2012, de 30 de Agosto, evidenciam uma evolução favorável.

Evolução dos Indicadores de Atividade

| Indicadores | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
|---|-----------|------------|------|-------------|
| Rendibilidade | Saules Si | C EMI GATE | | Mark Street |
| Rendibilidade dos Capitais Próprios | 1,4% | 1,0% | 2,3% | 2,1% |
| = Resultado Líquido / Capital Próprio | | | | |
| Rendibilidade operacional dos ativos | 1,6% | 3,2% | 4,3% | 4,4% |
| = Resultados Operacionais /Ativo Líquido | | | | |
| Estrutura Financeira | | | | |
| Solvabilidade = Capital Próprio/ passivo | 11% | 7,2% | 4,8% | 4,9% |
| Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo Líquido | 10% | 6,7% | 4,6% | 4,7% |
| Capitais Permanentes/Ativo Líquido | | | | |
| Liquidez | | | | |
| Liquidez Geral | 0,32 | 0,94 | 0,99 | 0,973 |
| = (Existências + Disponibilidades e Títulos negociáveis + Dívidas de | | | | |
| terceiros de curto prazo) / Dívidas a terceiros de curto prazo | | | | |
| Liquidez reduzida | 0,27 | 0,91 | 0,98 | 0,972 |
| = (Disponibilidades e Títulos negociáveis + Dívidas de terceiros de curto prazo) / Dívidas a terceiros de curto prazo | | | | |

5. VALORES, PRINCÍPIOS E CÓDIGO DE CONDUTA

Como missão, a Cascais Próxima, E.M.,S.A. pretende compatibilizar a sua atividade de intervenção urbana com os interesses estratégicos do Município pugnando pela qualidade, melhoria, dignidade e conforto crescentes das condições de vida das populações do concelho.

1. 20



Desta forma, assume-se como uma Empresa com elevado sentido de responsabilidade de intervenção e de contribuição para a melhoria das condições do espaço público e da mobilidade no mesmo, tendo em vista a satisfação da população e dos visitantes do concelho.

A sua atuação é pautada pela existência de um bom ambiente ético, com o estabelecimento de um conjunto de princípios fundamentais de relacionamento, que permite a todos os intervenientes aprofundar a consciência dos seus deveres profissionais, quer nas relações internas com chefias, colegas e administradores, quer nas relações externas, sendo determinante para gerar motivação, confiança e responsabilização entre todos os colaboradores.

Este compromisso ético transversal aos vários intervenientes nos processos, deve funcionar como referência basilar das atitudes e comportamentos dos colaboradores no exercício das suas funções, por forma a realçar o interesse público, o espírito de serviço, bem como a dinamizar mecanismos inovadores que acrescentem valor à gestão e aumentem a satisfação de todos os interessados.

Como tal, a atividade da Empresa e dos seus colaboradores assenta em valores e princípios claramente identificados e que devem ser interiorizados por todos:

- a) Excelência: Desenvolver a qualidade, eficiência e eficácia na prestação do serviço público cometido;
- b) Imparcialidade e igualdade: Atuar de forma justa, isenta e independente;
- c) Informação e comunicação: Partilhar e difundir informação verdadeira, coerente e transparente;
- d) Inovação e criatividade: Mobilizar vontades, conhecimento e competências;
- e) Integridade: Adotar comportamentos profissionais e agir com correção, boa-fé, honestidade, respeito e lealdade;
- f) Participação: Incentivar uma participação ativa, procurando antecipar necessidades e encontrar soluções eficazes e eficientes;
- g) Responsabilidade social: Agir de forma responsável e solidária, promovendo o bem-estar social e a proteção ambiental;
- h) Ética ambiental: Incentivar a otimização dos recursos energéticos e implementar a eco-gestão de processos;
- Transparência: Decidir com base em regras claras e critérios objetivos, com publicitação de resultados e adoção de comportamentos que reforcem a confiança e credibilidade;
- j) Competência: Agir de forma responsável e competente, dedicada e crítica, assumindo que o conhecimento é fundamental na realização pessoal e no desenvolvimento de carreira, empenhando-se na valorização profissional;
- k) Segurança: Adotar e cumprir diretrizes e práticas de segurança.

Por sua vez, o relacionamento dos seus colaboradores com as principais categorias de interlocutores no exercício da sua atividade, deve ser orientado por um conjunto de normas de conduta que ilustram a forma como os valores e princípios devem ser assegurados:

 a) Garantir a igualdade, imparcialidade e isenção, não discriminando com base na raça, condição social, religião, opção política, ou outros;





- Garantir que a atividade desenvolvida se orienta para os interesses dos cidadãos, desempenhando funções exclusivamente ao serviço do interesse público;
- c) Desempenhar funções com profissionalismo, zelo, dedicação, lealdade e responsabilidade;
- d) Conhecer, cumprir e fazer cumprir o quadro legal vigente, alertando para situações de eventual ilegalidade;
- e) Tratar com respeito os utentes, sendo correto, disponível e pró-ativo, prestando informação adequada e atempada;
- f) Adotar uma atitude, apresentação e linguagem que prestigiem a imagem da Empresa, promovendo a sua credibilidade;
- g) Assegurar a transparência na difusão da informação, transmitindo a posição institucional com isenção, objetividade, abstendo-se de emitir opinião individual;
- Salvaguardar a confidencialidade da informação nos termos legalmente previstos, não revelando informação para o exterior sem prévia autorização;
- Utilizar criteriosamente o património e os recursos da Empresa, evitando desperdícios, despesas inúteis, avaliando a relação custo/benefício de cada ação;
- j) Evitar situações de conflito de interesses, não alterando o desempenho profissional a troco de vantagens pessoais, diretas ou indiretas;
- k) Assumir um comportamento pautado por práticas anticorrupção;
- I) Exigir aos cidadãos apenaso indispensável à realização da actividade administrativa;
- m) Agir de forma leal, solidária e cooperante, no exercício da sua actividade.

6. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A Empresa mantém permanentemente atualizado no seu sítio na Internet, a informação, abaixo mencionada, dando cumprimento ao estipulado no artigo 43º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, nos seus estatutos e na lei comercial:

- a) Estatutos da sociedade;
- b) Regulamento orgânico;
- c) Estrutura do capital social;
- d) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota circular;
- e) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
- f) Número de colaboradores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
- g) Plano de atividades anual e demais instrumentos de gestão previsional incluindo o balanço previsional, a demonstração de resultados previsional, o orçamento anual de tesouraria previsional, bem como o parecer do Fiscal Único e a certificação legal das contas previsionais;
- h) Plano de investimento anual;
- Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de rendimentos e orçamento de gastos;
- j) Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do órgão de administração, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, a proposta de aplicação de resultados, o parecer do órgão de fiscalização e a certificação legal das contas;

11



- k) Documentos de prestação de contas trimestrais e semestrais, designadamente o relatório (trimestrais ou semestral) do órgão de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização, quando aplicável;
- 1) Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- m) Dívidas a fornecedores trimestrais;
- n) Mapa de responsabilidade de crédito Banco de Portugal;
- o) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão;
- p) Pareceres previstos nas alíneas a) a c) do nº 6 do artigo 25º, da Lei nº 50/2012, 31 de agosto.

Cascais, 27 de abril de 2017

Di De fle.

A Administração